

Considerações finais

Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FERNANDES, I.F.A.L. Considerações finais. In: *A democracia reduz a desigualdade econômica? Um estudo sobre as possibilidades de construção de uma sociedade mais igual por meio da democracia* [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 257-263. ISBN: 978-85-68576-79-3. <https://doi.org/10.7476/9788568576793.0007>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Considerações finais

Reunimos os achados empíricos dos Capítulos 4 e 5 à luz das proposições teóricas desenvolvidas no Capítulo 2 e da literatura comparada discutida no Capítulo 1. Para isso, reapresentamos a hipótese da heterogeneidade dos efeitos da democracia sobre a desigualdade e discutimos a contribuição que os resultados obtidos podem trazer para a literatura comparada. Além disso, recuperamos alguns resultados inesperados encontrados e discutimos uma futura agenda de pesquisa para tratá-los.

Os esforços desta pesquisa tiveram início a partir da constatação de que, mesmo existindo um razoável consenso teórico na literatura de que os regimes democráticos devem de alguma forma produzir uma melhor distribuição de bens do que os regimes autoritários, os resultados empíricos são inconclusivos e contraditórios. Diante de tal impasse empírico, propusemos uma reformulação teórica, a partir da qual entendemos que os efeitos da democracia sobre a desigualdade devem ser reinterpretados. A principal contribuição teórica da pesquisa reside na constatação tanto teórica quanto empírica de que os efeitos da democracia sobre a desigualdade são heterogêneos e interagem com o próprio nível de desigualdade do país, e, por conseguinte, o suposto tão disseminado na literatura de que esses efeitos seriam homogêneos e independentes do contexto socioeconômico da desigualdade é equivocado. Os efeitos redistributivos da

democracia são distintos, sendo seus efeitos relacionados com o grau de desigualdade da sociedade.

O resultado de que estes efeitos da democracia são heterogêneos é robusto às mais diferentes especificações, dados e formas de mensuração, tanto de democracia quanto de desigualdade, em diferentes cortes temporais e horizontes históricos de análise. Inclusive, quando estendemos o recorte temporal para além da análise mais comum da literatura comparada, que foca os eventos do pós-Segunda Guerra Mundial, devido a maior e melhor disponibilidade de dados, mesmo quando observamos dados que abrangem o período de surgimento dos primeiros regimes representativos democráticos no século XIX, os resultados são claros: os efeitos da democracia sobre a desigualdade são heterogêneos, tendendo a serem positivos entre os países mais iguais e negativo onde a desigualdade é mais exacerbada ao longo de toda história da democracia quanto no pós anos 1960s.

Ademais, o tratamento teórico e empírico utilizado nesta pesquisa nos permitiu encontrar a raiz da inconsistência dos resultados da literatura comparada. Conforme apresentado no capítulo 4, dependendo apenas de pequenas variações na especificação do modelo principal encontramos ora ou outros efeitos médios negativos, positivos ou mesmo nulos da democracia, tal como fora constatado na revisão bibliográfica. Em quase todas as especificações a heterogeneidade dos efeitos da democracia sobre a desigualdade é um resultado evidente, persistente e razoavelmente semelhante.

Em boa parte das análises chegamos a três conclusões básicas principais, arroladas em ordem de importância:

- 1) a relação entre democracia e desigualdade não deve ser tratada como homogênea e nem seus efeitos são monotônicos ao longo da distribuição da desigualdade;

- 2) é apenas no final da distribuição que a democracia age de maneira mais contundente na redução da desigualdade, o que fornece indícios da existência de um limiar básico de desigualdade a partir do qual a competição política democrática passa a ter como tema principal a sua efetiva redução;
- 3) existe uma relativa homogeneidade dos efeitos positivos da democracia no início da distribuição de desigualdade e só apenas quando um país-ano atinge níveis intermediários de desigualdade é que a democracia passa a ver seus efeitos positivos amenizados.

O argumento teórico, a partir do qual elaboramos a hipótese dos efeitos heterogêneos, refere-se à necessidade de uma convergência na competição política eleitoral entre os interesses político-eleitorais dos partidos – o lado da oferta de plataformas e políticas públicas que sejam eleitoralmente rentáveis – e as clivagens sobre as quais uma potencial maioria dos eleitores tem interesse em ser atendido – o lado da demanda por parte de parcela majoritária de cidadãos por políticas públicas e plataformas. Somente nas sociedades mais desiguais tanto os partidos políticos terão interesse em ofertar políticas redistributivas, quanto tende a surgir no seio da cidadania uma demanda por redistribuição por parte de uma maioria de eleitores. Nesse cenário, o saldo líquido do cálculo do custo benefício de atrair as classes menos favorecidas é positivo para os partidos, superando os ganhos que seriam obtidos atraindo as classes com renda acima da mediana. E do lado da demanda por redistribuição, a exacerbação da desigualdade tende a eclipsar outras potenciais clivagens que possam dividir as classes menos favorecidas em diferentes grupos e frentes políticas, permitindo uma ação eleitoral coordenada – seja ela organizada pelos partidos ou pela própria cidadania.

Diante destas ponderações teóricas e dos claros resultados empíricos surge, como subproduto, a sugestão de uma nova interpretação das implicações do teorema do eleitor mediano, quando aplicado à questão da redistribuição econômica, levando em conta a questão da multidimensionalidade da política e como os partidos e o eleitorado operam para reduzir a complexidade desta disputa. Diferentemente das conclusões de Meltzer e Richard (1981), de que a política redistributiva é determinada pela posição econômica do eleitor/cidadão mediano – assumindo sufrágio universal, esse teorema delimita na realidade o potencial máximo da força dos mais pobres dentro de determinada sociedade.

Em outras palavras, o teorema delimita o poder das classes menos favorecidas quando conseguem resolver seus problemas de ação coletiva (seja essa ação organizada por cima pelos partidos ou de maneira horizontal pela própria sociedade) e demandar de maneira uníssona uma resposta política por parte dos partidos – que competem pela formação de alguma maioria – ao problema da desigualdade econômica. Dada a sua pior posição na escala de renda, estes grupos possuem menos recursos para serem transferidos para o campo da política e seu principal instrumento político em uma democracia é, portanto, a ação organizada via escolha eleitoral. Assim, a melhor forma de conseguirem atingir e modificar de fato o status quo do sistema político é por meio da sua atuação coletiva e coordenada.

O máximo de coordenação possível é obtido quando todos os indivíduos abaixo da renda mediana votam conjuntamente para pressionar os líderes democráticos em prol de determinada pauta eleitoral. Por outro lado, a relação heterogênea entre democracia e desigualdade é um argumento

probabilístico, sendo possível encontrar casos nos quais a existência de uma grande desigualdade na sociedade não tenha resultado em uma maior pressão por políticas para a sua redução caso exista outra clivagem que, por uma razão ou outra, divida a metade mais pobre da distribuição de renda, como, por exemplo, questões de clivagens políticas étnicas, raciais ou de valores, entre outras, seja esta demanda espontânea ou forjada pelas elites políticas. Contudo é patente que quanto maior for a desigualdade, maior será a probabilidade que o sistema político passe a operar em direção à redução da desigualdade.

A hipótese dos efeitos heterogêneos da democracia se adequa para explicar tanto o processo político econômico ocorrido no Leste Europeu quanto o latino-americano. Após a democratização dos antigos satélites soviéticos, houve aumento dramático da desigualdade, enquanto na América Latina, a tendência de evolução da desigualdade é negativa, sendo o único subcontinente no século XXI onde a desigualdade realmente diminuiu. A América Latina é justamente a região do planeta mais adequada para se encontrar tal efeito, por ser onde encontramos os índices mais altos de desigualdade.

Por outro lado, o nosso arcabouço teórico proposto no capítulo 2 é adequado para explicar com mais precisão porque apenas nas sociedades mais desiguais a democracia é um agente redutor da desigualdade, enquanto nas sociedades intermediárias e nas mais iguais o debate redistributivo não ocupa espaço central na competição político-eleitoral. A proposta teórica apresentada não é suficiente, em nossa opinião, para explicar em seus pormenores porque nos países mais iguais a democracia produz desigualdade. A ausência de uma clivagem redistributiva implicaria de maneira mais imediata em um não efeito da democracia sobre a desigualdade, mas o

que encontramos de maneira consistente ao longo dos diversos modelos apresentados no capítulo 4 foi um efeito positivo da democracia. Desta maneira, parece existir a partir dos dados analisados um mecanismo por meio do qual a competição política produz mais desigualdade que as ditaduras em sociedades mais igualitárias.

A compreensão destes mecanismos políticos que conectam a experiência democrática nessas sociedades com uma distribuição dos recursos econômicos de forma mais desigual é um quebra-cabeça teórico a ser debatido em futuras pesquisas. A primeira vista, o resultado parece estar conectado com os eventos ocorridos no Leste Europeu e países da esfera de influência soviética que após a democratização apresentaram tendência aguda de crescimento da desigualdade, tanto nos países que se democratizaram quanto nos que permaneceram autoritários. Contudo, mesmo após a inclusão de uma variável dummy para esses países os efeitos da democracia sobre a desigualdade permaneceram positivos entre os países-anos mais iguais, o que indica que existem outros mecanismos que conectam a democracia a mais desigualdade em sociedades mais iguais que ainda não foram debatidos.

Por fim, o último elemento a ser destacado é o método adotado para a identificação de democracia e a estimação de seus efeitos sobre a desigualdade, purificados do potencial problema da relação inversa entre desigualdade sobre a probabilidade de democratização e consolidação democrática. Conforme extensamente discutido na primeira seção do Capítulo 4, as variáveis de difusão de democracia e de localização longitudinal de um país são instrumentos válidos que identificam democracia adequadamente ao atender os dois critérios necessários para a validade do método de variável instrumental:

(a) ser correlacionado com a variável endógena democracia; e (b) não possuir um efeito causal na variável dependente desigualdade econômica (ou, por extensão, no termo de erro da equação estimada).

Ademais, durante a avaliação dos instrumentos, foi constatado que o processo de difusão de democracia é mais complexo do que o teorizado na literatura e, por conseguinte, são necessárias pesquisas mais aprofundadas sobre os processos e mecanismos por meio dos quais o aumento do número de democracias no mundo pode (ou não) afetar a probabilidade de um país democratizar-se e/ou consolidar um regime democrático.

Em primeiro lugar, os efeitos de difusão são mais fortes e positivos quanto mais próximos do país afetado forem as outras democracias. Em segundo lugar, foi constatado que após controlarmos os efeitos da difusão de democracia em circunscrições geográficas mais próximas do país afetado, o aumento da proporção de democracias no mundo está negativamente relacionado com a democracia no país afetado. Este foi um resultado inesperado, demandando análises mais detalhadas em futuras pesquisas e não pode ser considerado definitivo uma vez que as variáveis de controle foram propostas para os potenciais efeitos espúrios na relação entre democracia e desigualdade, não tendo sido discutidas em relação aos próprios determinantes da democratização e/ou consolidação democrática.